

## **A Indústria na Primeira República e o Desenvolvimento do Capitalismo no Brasil**

**Autor: Ailton Teodoro**

**1º Semestre / 2012**

### **Introdução**

Este ensaio parte da problemática que perpassa o debate teórico e político suscitado nas décadas de 1960 e 1970, na qual duas correntes interpretativas opostas buscam explicar os primeiros surtos de expansão industrial, verificados antes de 1930. Em síntese, a primeira delas sinalizava que os recorrentes processos de crise das exportações criaram um ambiente adequado para o crescimento da indústria. Por outro lado, a segunda corrente enfatizava que, ao contrário, foi a expansão das exportações que, de fato, garantiu condições propícias para o desenvolvimento industrial.

Contudo, trabalhos de pesquisadores da *Escola de Sociologia da USP* e da *Escola de Economia da Unicamp*, em momentos diferentes, percebendo a estagnação do debate e a simplicidade das questões colocadas, procuraram superar a querela, introduzindo novos elementos na discussão. De maneira geral, os autores aqui discutidos argumentaram no sentido de atentar-se para a complexidade das relações (contraditórias, porque complementares) entre a nascente indústria brasileira e a economia de exportação do café.

Por isso, deve-se estabelecer desde já que nossas considerações apenas abrangerão o complexo cafeeiro paulista e, mais particularmente, a cidade de São Paulo que, por diversos fatores que serão abordados mais adiante, constitui o núcleo do processo de industrialização brasileiro. Nesse sentido, pretendemos explorar a peculiaridade histórica das condições de surgimento do capitalismo industrial no Brasil. Para isso, será importante compreendê-lo dentro de uma dinâmica própria, com periodizações específicas, mas em constante intercâmbio com o desenvolvimento do sistema no plano mundial. Desta forma, será importante tomar como referencial teórico o princípio das trocas desiguais entre economias periféricas subdesenvolvidas e economias centrais desenvolvidas.

Finalmente, advertimos que não será possível deter-nos na riqueza dos detalhes historiográficos, uma vez que excedem nossos objetivos, além de encontrarem-se fora do



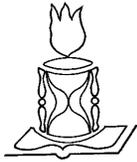
nosso alcance, restrito aos limites de um artigo comum. Porém, isso não significa que sacrificaremos a história em nome da teoria econômica. Ao contrário, a segunda será o princípio estruturante da primeira, da mesma forma que é princípio estruturado por ela. Em outras palavras, o movimento das categorias econômicas só faz sentido se as examinarmos nos marcos de seus condicionamentos histórico-sociais, uma vez que, tal qual “toda ciência histórica e social”, a economia expressa “formas de ser, determinações de existência” (MARX, 2011, p. 59). De outra forma, se tomássemos como ponto de partida as concepções do empresário, cujo posto de observação social está na fábrica e cujo universo se encontra presidido pelas leis do mercado (WERNECK VIANNA, 1999, p. 96), correríamos o risco de cair na falácia de promover uma interpretação individualista e errônea do processo social global. Passemos, pois, ao trato do problema.

### **Mecanismos do crescimento industrial**

O ponto de partida para nossa análise reside na delimitação do debate sobre a industrialização brasileira e, para isso, será preciso recuar no tempo, precisamente em 1939, quando o empresário Roberto Simonsen (1973 [1939]) publica sua obra *Evolução industrial do Brasil*. Ele foi o primeiro a estabelecer uma relação entre o crescimento da atividade industrial e os impactos provocados pela Primeira Guerra sobre a capacidade de importação brasileira, mesmo que não formulasse qualquer proposição que desse conta de explicar tal relação

Em linhas gerais, Simonsen destaca um notável crescimento industrial entre 1914 e 1918: mais de 46% dos estabelecimentos industriais operantes em 1920 haviam sido fundados neste período. Isso não significa, no entanto, que a indústria brasileira deve seu surgimento exclusivamente à guerra. Na verdade, o impacto econômico provocado pelo conflito na conjuntura que se esboçara desde o segundo quartel do século XIX, possui maior força explicativa: a economia brasileira na Primeira República tinha alcançado o seu zênite em termos de produção e exportações de café, de modo que o Brasil detinha 75% da produção mundial, bem como o controle de quase todo o mercado internacional do produto. Tais patamares somente poderiam ser alcançados mediante o enrijecimento da monocultura do café, de modo que o espaço para a produção de outros artigos e gêneros de consumo era mínimo.

Era notável, portanto, a excessiva dependência brasileira em relação aos mercados estrangeiros, pois deles necessitava para importar produtos manufaturados básicos, e



mesmo alimentos, como banha, farinha de trigo e arroz. Para Simonsen, uma vez deflagrada a guerra na Europa, os únicos mercados fornecedores disponíveis sofreram abrupta retração, literalmente forçando a atividade industrial no Brasil a atender o mercado consumidor interno. Desta forma, uma infinidade de pequenas fábricas, muitas delas derivadas de oficinas, desenvolveu-se principalmente em São Paulo. Os dados apresentados por Simonsen é que levaram a tais conclusões, pois efetivamente verificou-se aumento da produção industrial entre os anos 1915 e 1919.

Em *História econômica do Brasil*, publicado seis anos depois da obra de Simonsen, o historiador Caio Prado Júnior dedica um capítulo à industrialização. Após destacar uma série de dificuldades enfrentadas pela indústria brasileira desde seus primórdios artesanais no período colonial, passando pela dura concorrência imposta por tarifas alfandegárias que privilegiavam produtos estrangeiros durante o Império, até chegar à estreita dependência das políticas alfandegárias da era republicana e dos mecanismos forçados de depreciação do câmbio, o historiador faz referência a um censo industrial realizado em 1907, onde são destacados 3.258 estabelecimentos industriais em atividade, 35% deles no antigo Distrito Federal e 16% no Estado de São Paulo. (PRADO JÚNIOR, 2011 [1976], p. 260). Não obstante, Caio Prado parece concordar com Roberto Simonsen ao reconhecer os efeitos da Primeira Guerra Mundial sobre a indústria:

A Grande Guerra de 1914-18 dará grande impulso à indústria brasileira. Não somente a importação dos países beligerantes que eram nossos habituais fornecedores de manufaturas declina e mesmo se interrompe em muitos casos, mas a forte queda do câmbio reduz também consideravelmente a concorrência estrangeira. No primeiro grande censo posterior à guerra, realizado em 1920 [o mesmo utilizado por Simonsen], os estabelecimentos industriais arrolados somarão 13.336, com 1.815.156 contos de capital e 275.512 operários. Destes estabelecimentos, 5.936 tinham sido fundados no quinquênio 1915-19, o que revela claramente a influência da guerra. (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 261)

Não dispomos da primeira edição de *História econômica do Brasil* para avaliar se essa era originalmente a opinião do historiador, uma vez que a obra foi reeditada em 1976 e nela foram introduzidas várias modificações. Contudo, é importante salientar que praticamente todo o debate subsequente fez referência aos dados aduzidos por Simonsen. Não obstante, às suas conclusões gerais, em *A industrialização de São Paulo* o brasilianista Warren Dean (1971) opõe outra explicação para os surtos de expansão industrial anteriores a 1930.

A crítica incide sobre a forma como Simonsen utilizou-se do censo de 1920 e a

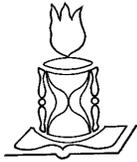


interpretação gerada a partir daí. Dean questiona o aparente estímulo que a Primeira Guerra Mundial teria oferecido à indústria. Em primeiro lugar, 1914 foi um ano de fraco desempenho industrial comparado aos anos anteriores, pois “os negócios se processaram lentamente durante os primeiros meses da guerra; até janeiro de 1915 vigorou uma moratória” (DEAN, 1971, p. 102). Em segundo lugar, o autor censura Simonsen por ter empregado dados relativos ao custo de vida para deflacionar os valores nominais da produção industrial. Ocorre que a utilização de tais índices de preços para o cálculo do deflator negligencia o fato dos preços industriais estarem submetidos às variações dos impostos e preços de produtos importados que, em situações de guerra, crescem mais rapidamente se comparados a outros preços e taxas. Por isso, Dean afirma com segurança que o valor da produção industrial foi superestimado pelo engenheiro paulista.

A contrapelo das tendências usuais, Dean estabelece em sua obra uma relação direta entre o crescimento industrial de São Paulo e a expansão das exportações de café: o comércio exportador era atividade econômica responsável por engendrar um mercado consumidor de produtos diversificados, baseado principalmente no padrão de consumo dos imigrantes agenciados no exterior como mão de obra para a lavoura nas fazendas de café do “Oeste Paulista”.

“A grande massa da população só podia comprar artigos de primeira necessidade, de baixa qualidade e do gênero que se habituara a consumir na Europa” (DEAN, 1971, p. 14), em sua totalidade, importados do estrangeiro. Mas, além de um mercado interno, as exportações criaram a base material para o estabelecimento da indústria no país. Desta forma, as estradas de ferro, tão importantes para o escoamento da produção cafeeira, com exceção das linhas que ligavam a capital paulista ao porto de Santos, foram construídas por iniciativa dos grandes produtores e financiadas pelas imensas margens de lucro que estes obtinham, mesmo em épocas de maus negócios. Igualmente, a modernização do porto de Santos e os investimentos em energia elétrica, necessários ao funcionamento da maquinaria à vapor nas primeiras fábricas de porte, estão diretamente associados às transformações provocadas pelo comércio do café ao lado da participação do capital estrangeiro. Dean também assinala que as grandes divisas geradas pelo comércio cafeeiro permitiu aos fabricantes a importação de equipamentos a baixos preços, bem como a obtenção de crédito no exterior. Em suma:

É evidente que o crescimento continuado da indústria paulista resultou do comércio do café. O negócio do café proporcionava a procura, as perspectivas do negócio do café estimulavam o investimento, em sua



maioria do setor do café, e o negócio do café criava as despesas gerais econômicas necessárias e pagava os impostos. *Durante os anos em que o café vendeu bem, tudo faz crer que a indústria foi mais lucrativa e se expandiu mais depressa. Durante os anos maus do comércio do café, como aconteceu em 1892, 1895 e novamente em 1902 e 1906, a indústria local agonizou* (DEAN, 1971, p. 93-94, grifos meus)

Ademais, o historiador demonstra que o crescimento industrial verificado no período do conflito bélico europeu deveu-se em parte à modificação nas exportações. Factualmente a demanda pelo café sofreu certa retração nos mercados internacionais, mas, enquanto durou o conflito, as potências em luta e outros países que dependiam de seu fornecimento passaram a importar carne congelada, cereais, feijão, açúcar e tecidos brasileiros – estes últimos eram exportados principalmente para a vizinha Argentina e, no ultramar, para a África do Sul. Outrossim, a indústria paulista voltou suas exportações para o antigo Distrito Federal e os Estados da Guanabara, Paraná e Minas Gerais. Além disso, em grande parte, essas exportações são realizadas por indústrias já existentes e outras que surgem no momento, das quais foi exigida uma grande capacidade instalada. Por isso, fusões de pequenos grupos empresariais foram frequentes no período e muitas fábricas tiveram que intensificar a jornada de trabalho, bem como operar em três turnos, gerando a insatisfação da nascente classe operária, expressa nas grandes greves gerais de 1917 e 1919.

Para a literatura especializada, Warren Dean esboça o que se conhece por “tese da industrialização induzida por exportações” e, pode-se dizer, surgiu em oposição às interpretações que derivavam das ideias de Celso Furtado (2006 [1959]). Entretanto, é curioso que em *Formação econômica no Brasil* não exista um capítulo dedicado à gênese da indústria brasileira. Já na introdução de sua obra, o economista paraibano adverte não pretender reconstruir os eventos históricos. Assim, Furtado ocupa-se do período ao descrever a crise da economia cafeeira, diretamente relacionada à superprodução estrutural do café, levada à cabo pela política de valorização do produto (FURTADO, 2006, p. 251-262]. Em seguida passa a descrição dos mecanismos de defesa da crise de 1929, cristalizados na intervenção estatal que, ao preconizar Keynes [FURTADO, 2006, p. 271], queimou cerca de 80 milhões de sacas de 60 kg de café com o propósito de estabilizar os preços das mesmas, o equilíbrio entre oferta e demanda do produto e manter estáveis os níveis de emprego e renda.



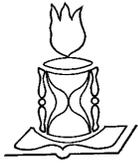
Partindo do paradigma cepalino<sup>1</sup>, a indústria passa a interessá-lo quando se processa o “deslocamento do centro dinâmico” da economia brasileira no início década de 1930, isto é, quando a atividade propulsora da economia deixa de ser o setor agroexportador e a produção interna passa a ser o elemento decisivo na determinação do nível de investimento da economia. Nesse sentido, o desequilíbrio externo provocado pela queda dos preços do café no mercado internacional e da receita de divisas do país, desvalorizou a moeda nacional em relação à estrangeira, encarecendo a pauta de produtos importados que compunham a demanda interna. Assim, o mercado consumidor volta-se para produção interna, uma vez que os preços dos produtos nacionais custavam bem menos do que os estrangeiros.

A partir daí, a procura volta-se para o mercado interno deflagrando um rápido crescimento industrial, principalmente após 1933, período em que se inicia a industrialização pesada, isto é, de bens de capital. Contudo, as discussões que se seguiram sobre a gênese da indústria brasileira tendiam a transferir o núcleo deste raciocínio para o período que antecede a Revolução de 1930: em situações de crises externas, guerras, crises no setor exportador, etc., nas quais há uma evidente ruptura das relações econômicas do Brasil com o exterior, a procura voltava-se para a produção interna estimulando, assim, surtos de crescimento industrial: fala-se, portanto, da “teoria dos choques adversos”.

Todavia, é perceptível que ambos os mecanismos balizados pelas duas correntes interpretativas podiam ser observados nos processos de expansão industrial entre 1889 e 1930, não sendo mutuamente exclusivos, de modo que sua complexidade escapava aos rígidos marcos de cada modelo explicativo. Mas, já na década de 1960, sociólogos da *Escola de Sociologia da USP* propunham novas formas de compreender a história da industrialização de São Paulo ao asseverar que era preciso tomá-la como um dos momentos do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Entretanto, esta nova abordagem consolida-se apenas no primeiro quinquênio da década de 1970, quando a *Escola de Economia da Unicamp* se junta aos esforços anteriores de superar a antiga querela. No

---

<sup>1</sup> A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) é uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas, com sede em Santiago do Chile. Fundada em 1948 por efeito da resolução 106 (VI) do Conselho Econômico Social, a CEPAL ocupou um importante papel no processo de integração e desenvolvimento econômicos da América Latina e, dentre as demais comissões regionais, foi a única a criar uma escola de pensamento autônomo que problematizava os desafios do desenvolvimento latino-americano, concedendo um importante papel ao Estado enquanto agente econômico. Vários intelectuais brasileiros estiveram ligados à CEPAL na década de 1960. Celso Furtado fora o mais proeminente de todos. Além dele, Fernando Henrique Cardoso, Theotônio dos Santos, Francisco Weffort e Maria da Conceição Tavares também ligaram-se à instituição por algum tempo. Para a literatura especializada, a Teoria da Dependência é filha incontestada da escola de pensamento que ali floresceu. No texto fazemos referência à clássica teoria das trocas desiguais entre países do centro e da periferia do capitalismo mundial.



entanto, a superação do impasse pressupunha abandonar a problemática suscitada pela CEPAL de identificar o momento de ruptura do caráter agrário-exportador das economias dependentes ou, no limite, tomá-la de um modo diferente. É o que discutiremos no que segue.

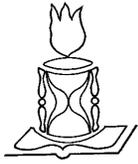
### **Crescimento industrial e modo social de produção: um momento de transição**

As abordagens anteriores, embora muito ricas, não explicitavam o problema das condições de formação histórica do capitalismo no Brasil. O primeiro a propor uma perspectiva mais ampla nesse sentido foi o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, da Universidade de São Paulo. Em artigo publicado pela Revista Brasileira, em março de 1960, intitulado *Condições sociais da industrialização de São Paulo*. Cardoso avalia como insuficiente a usual explicação esquemática do crescimento industrial do Brasil e de São Paulo. Leva-se em conta primordialmente as condições econômicas e naturais exigidas pela industrialização em detrimento das condições sociais que a permitiram.

(...) todas as vezes que havia uma interrupção no fluxo para o exterior da renda gerada pelo setor de exportação da economia, criavam-se estímulos para a aplicação dessa renda no país. Por isto, as guerras mundiais são geralmente apontadas como as *causas* da industrialização do Brasil, uma vez que no seu decurso não havia possibilidade de consumir a renda gerada pela economia exportadora do país através da importação de produtos industriais, cujo consumo, ao mesmo tempo, continuava a ser requerido. Consideram-se, pois, as condições necessárias para a industrialização tanto do ponto de vista do mercado de capitais, como do mercado de consumo de bens de uso (CARDOSO, 1960a, p. 32, grifo do autor).

Para o sociólogo, a explicação corrente salienta, ainda, que os capitais disponíveis tendiam a inverter-se em São Paulo, principalmente por conta dos benefícios que a economia cafeeira trouxera para a região (eletricidade, ferrovias, mão de obra em abundância). Entretanto, Cardoso assinala a insuficiência das mesmas ao salientar os “pré-requisitos” para o processo de industrialização, quais sejam, as transformações no modo de produção:

(...) a existência de um certo grau de desenvolvimento capitalista (...) a *preexistência de uma economia mercantil e, correlatamente, (...) um grau relativamente desenvolvido da divisão social do trabalho*. Este último processo, por sua vez, na medida em que se intensifica em moldes capitalistas, resulta na formação de um mercado especial, o de força de trabalho (CARDOSO, 1960a, p. 33, grifos meus)



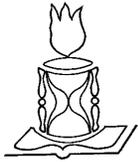
A própria expansão cafeeira já guardava em si o desenvolvimento capitalista prévio necessário ao processo de industrialização. A figura do capitalista antecede a do industrial, uma vez que os fazendeiros do café do “Oeste Paulista” já apresentavam traços do empreendedor capitalista com as principais características do chefe de empresa. Com a progressiva abolição do trabalho escravo (1850-1888), as fazendas do Vale do Paraíba cada vez mais enfrentavam dificuldades para manter-se. O custo do escravo elevava-se muito e os gastos com sua manutenção (roupas, alimentos) muitas vezes superavam os lucros obtidos pelo fazendeiro.

No “Oeste Paulista”, por outro lado, onde a cultura cafeeira ganhou impulso após 1850, surgiram novas condições econômicas de produção. O fazendeiro-empresário passou a importar mão de obra imigrante assalariada em substituição ao oneroso braço escravo, como parte de uma estratégia de fixação da força de trabalho na unidade de produção. Para isso, o empresário permitia ao trabalhador estrangeiro plantar seus víveres aos pés dos cafezais, desde que não prejudicassem a lavoura.

Maior ainda foi o impulso que a economia cafeeira sofreu nos últimos anos do século XIX, ligando-a definitivamente ao mercado internacional. As milhões de sacas produzidas anualmente exigiram todo um sistema de articulações entre a área do “Oeste Paulista” e o porto de Santos, cujo principal entreposto era a capital paulista. Assim, as estradas de ferro Paulista, Mojiana e Railway estabeleciam os principais canais de comunicação entre as zonas produtoras e as exportadoras. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento dos negócios atraíam bancos e negociantes nacionais e estrangeiros para regiões estratégicas do complexo.

Em economias de tipo colonial o setor exportador remunera potencialmente muito mais o capital investido do que qualquer outro ramo de atividade econômica. Baseado em cálculos da rentabilidade do capital investido na força de trabalho sob a forma de salários, o fazendeiro do “Oeste Paulista”, enquanto empresário capitalista “cuidava de aplicar inteiramente a força de trabalho que comprava na produção do café” (CARDOSO, 1960a, p. 37) e tal prática foi decisiva para o enrijecimento da cultura do café, quebrando a estrutura autárquica das fazendas. Desta forma, os núcleos produtores passam a depender inteiramente dos mercados urbanos para o seu abastecimento. Estes últimos, por sua vez, recebiam inúmeras pequenas firmas de distribuição de artigos importados, dinamizando sua vida econômica e, igualmente, integrando-os ao mercado mundial. Gestava-se, deste modo, um mercado consumidor interno.

Mediante tais condições, por que apenas São Paulo e não outras regiões igualmente



ricas, como Campinas ou Sorocaba, passou por um vertiginoso processo de transformação industrial? Ora, a capital paulista era o eixo econômico do Estado e o fato de ser a sede político-administrativa da Província/Estado também influenciou na proeminência da cidade sobre as demais. As políticas de incentivo à imigração partiram da capital, bem como das cidades que se desenvolveram ao redor das rotas de escoamento da produção cafeeira. São Paulo tornou-se mercado de distribuição de produtos importados para as zonas produtoras.

Octavio Ianni, também da Universidade de São Paulo, diria que todas as mudanças sociais esboçadas acima dizem respeito a um único processo histórico de acumulação originária, pré-requisitos da constituição do sistema capitalista no Brasil. Meses após o artigo de Cardoso, a Revista Brasileira publica *Fatores humanos da industrialização no Brasil*, no qual Ianni escreve:

Como se vê, o capitalismo brasileiro se liga à economia cafeeira por dois modos. De um lado, porque *a cafeicultura possibilita parte da acumulação originária*, propiciando a canalização de capitais para a constituição de empresas industriais ou a reorganização de oficinas artesanais. (...) Por outro lado, *é na própria fazenda que se instalam, em alguns casos ao mesmo tempo em que na indústria, formas capitalistas de exploração do trabalho produtivo*. Historicamente, a fazenda e a fábrica, como empresas capitalistas fundadas na exploração do trabalho livre, parecem estar-se construindo concomitantemente em determinadas áreas do país. (IANNI, 1960, p. 63, grifos meus)

É importante ter em conta que tanto Ianni quanto Cardoso (1960a, 1960b, 1961) concebem a estreita relação que existe entre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e o processo de crescimento industrial. No entanto, é inegável que tomam como pressuposto as interpretações de que o crescimento industrial decorre dos momentos de crise do setor externo da economia brasileira. Porém, a colocação do problema por José de Souza Martins revelou-se a mais original.

Em 1966, Martins, sob a orientação de Florestan Fernandes, defende sua tese de mestrado como uma primeira versão de seu estudo sobre o Conde Matarazzo. Neste estudo, Martins argumenta que a indústria paulista surge nas últimas décadas do século XIX como resultado da intensa atividade comercial. Muitas das primeiras fábricas de São Paulo estavam ligadas a firmas de exportação. Esse era o caso, por exemplo, da indústria de banha que Matarazzo tinha em Sorocaba, controlada por sua casa de comissões e consignações, registrada na Rua 25 de março em 1890.

Segundo Martins (1973 [1967], p. 71) “a indústria nascente em São Paulo, nos derradeiros decênios do século passado, não se propôs à substituição das importações, mas sim à exploração das possibilidades manufatureiras surgidas nas franjas da economia



exportadora”. Isso significa que as causas do processo de expansão da indústria paulista foram essencialmente distintas das verificadas após 1930 quando, de fato, a indústria ganha impulso pela via do processo de substituição de importações.

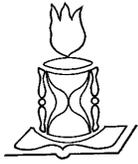
Entretanto, quais eram essas possibilidades de exploração manufatureira, sugeridas por Martins? Ora, ao discorrer sobre a formação do mercado consumidor no complexo cafeeiro, Martins lança mão de dados que indicam o crescimento da população ligada aos cafezais, isto é, trabalhadores rurais estrangeiros: “a constituição do mercado consumidor de manufaturados estava associada diretamente à situação e ao funcionamento da economia cafeeira” (MARTINS, 1973, p. 77).

O crescimento da população imigrante a um só tempo forma o mercado consumidor e diversifica o consumo nas zonas rurais, antes baseado em alguns poucos gêneros de subsistência, como farinha de mandioca, milho e feijão. Banha, farinha de trigo, arroz, charque e outros produtos passam a fazer parte da vida cotidiana do homem do campo, mercadorias que dificilmente poderiam ser importadas. Esse espaço será ocupado pela indústria local.

Já nos últimos anos do século XIX, a jovem República dos Estados Unidos do Brasil tivera sua capacidade de produzir saques no exterior com base nas suas exportações, bastante reduzida em face de sua necessidade de gastá-los. O enorme déficit na balança comercial, produzido pela cada vez maior necessidade de importação de alimentos, depreciava a moeda, onerava o câmbio (MARTINS, 1973, p. 72) e aumentava a dívida pública brasileira nas praças de Londres.

No auge da crise cambial em 1898, o governo Campos Sales foi obrigado a assinar um acordo com os ingleses, no qual o Brasil deveria acumular cambiais na Inglaterra a fim de saldar os débitos com os bancos britânicos. Com suas divisas bloqueadas no exterior e pressionado pelas elites produtoras para que não fossem taxadas as exportações, como último recurso, o governo elaborou uma política de desestímulo às importações. Martins indica que seria cobrada uma taxa-ouro sobre as importações que acelerariam a taxa de “acumulação necessária ao cumprimento do acordo [mas também impondo] a adoção de medidas paralelas destinadas a garantir o fluxo dos tributos requeridos para a manutenção das despesas federais” (MARTINS, 1973, p. 73). Assim, o governo pôs em prática o imposto sobre o consumo.

Tal procedimento estimulou virtualmente a indústria, pois a intenção do governo central jamais foi protegê-la. Nas palavras do autor:



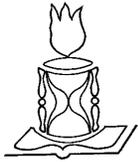
Não sendo o governo protecionista, mas sim liberal, valia-se da indústria existente para resolver os problemas da sociedade exportadora e, ao mesmo tempo, eliminava as eventuais proteções, expondo-a a concorrência de fato com o produto estrangeiro e taxando o seu produto. [...] Simultaneamente à “abertura” do mercado interno para o produtor interno, mediante elevação de tarifas, o governo produzia uma crise industrial que descartava os empreendimentos de baixa produtividade em favor das grandes empresas [...].

Talvez a característica mais importante desses eventos esteja no fato de terem ocorrido num governo identificado profundamente com as atividades de exportação, supostamente incompatíveis e antagônicas à industrialização. O exposto deixa nítido que a questão não se propunha assim. *O que importava, sobretudo, era a racionalidade da sociedade agrário-exportadora e que essa seria a porta viável do industrialismo* (MARTINS, 1973, p. 74-75, grifos meus).

Está claro, portanto, que as próprias contradições da economia dependente agroexportadora exigem a evolução de determinados setores da indústria interna. No caso particular da indústria paulista, a indústria de bens de consumo imediato (alimentos, tecidos, calçados). A análise de Martins é tributária das preocupações da *Escola de Sociologia da USP*, uma vez que busca inserção nos debates sobre a especificidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, país de origem colonial, cujo regime de propriedade assentou-se durante muito tempo sobre bases patrimonialistas enquanto o braço escravo era literalmente moído, primeiro nos engenhos do Nordeste no século XVI e XVII, depois nas minas de ouro das Gerais, no século XVIII, para adentrar o século XIX nas extensas plantações de café do Vale do Paraíba.

Entretanto, de Florestan Fernandes a José de Souza Martins, a referida *Escola* caracterizou-se pela sua metodologia *funcional-integracionista* que perpassa as pesquisas da antiga cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP: partiam do princípio da integração da sociedade brasileira à civilização ocidental e o processo de industrialização constituía o meio mais imediato de consolidação do processo. Assim, o Brasil adaptar-se-ia às formas de organização socioculturais capitalistas, vigentes no chamado “mundo desenvolvido”, cuja transição histórica assumisse feições distintas das ocorridas nos países industrializados. O desarranjo histórico, em nosso caso, acabara por criar formas autoritárias de modernização – integração pela força.

Isto posto, a *Escola de Sociologia USP* marca um momento de transição: salientam a necessidade de se atentar para as condições sociais e humanas do processo de industrialização e identificam tais condições com a transformação no regime social de produção. Antes do esgotamento do regime escravista, o *Antigo Regime* era



hegemonicamente pré e subcapitalista, uma vez que se baseava no trabalho escravo e na expropriação colonial dos lucros nos negócios do açúcar, mineração, café, etc. A Abolição em 1888 permite que se forme um mercado de trabalho baseado em mão de obra livre e assalariada, marcando, assim, o início das transformações estruturais que resultaram na expansão da produção capitalista no complexo cafeeiro e integrando áreas produtoras, núcleos urbanos e zonas portuárias entre si e ao mercado mundial. Em contrapartida, com exceção de José de Souza Martins, a questão da especificidade do desenvolvimento capitalista no Brasil e as relações contraditórias e complementares entre a economia de exportação do café e a produção industrial não foram problematizadas. Essa tarefa coube aos intelectuais da *Escola de Economia da Unicamp*, tendo como centro difusor o Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

#### **A unidade e a contradição: a especificidade do capitalismo tardio**

Sérgio Silva e João Manuel Cardoso de Mello partem das mesmas questões que os sociólogos da USP, mas dão alguns passos adiante, pois dialogam diretamente com a tese de Warren Dean e o impasse gerado entre a “teoria dos choques adversos” e a “industrialização induzida pelas exportações”. Ambos partem da posição subordinada da economia brasileira na economia mundial para compreender as relações entre o mercado hegemônico do café com a marginal produção industrial antes de 1933. Mas, ainda que partam dos mesmos pressupostos, há diferenças substanciais entre as duas análises.

Sérgio Silva constrói uma interpretação que integra muito bem a relação entre os mercados interno e externo. Partindo da inserção do Brasil na economia mundial através da economia cafeeira, o autor rejeita a “tese segundo a qual a indústria teria surgido no Brasil [entre fins do século XIX e início do século XX] para atender a uma demanda até então satisfeita por importações” (SILVA, 1986 [1973], p. 94). Na verdade, a expansão da demanda por produtos manufaturados é mais efeito do que causa da industrialização do Brasil. A expansão industrial deve-se, ao contrário, às condições específicas de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

O economista procura estabelecer a relação unitária entre café-indústria com base na unidade de um processo capitalista de produção. Do seu ponto de vista, existem teses que enfatizam os “obstáculos” colocados pela economia cafeeira, para as quais há teses opostas que afirmam os estímulos da economia cafeeira sobre a industrialização. É verdadeira a subordinação da indústria à economia cafeeira, de modo que os influxos,



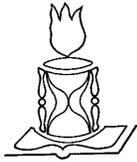
retrocessos ou avanços da primeira incidem forçosamente sobre a segunda. Mas, quais seriam os resultados de tais movimentos? Certamente não se deve sugerir a premissa lógica das conclusões de Dean. Ora, se a expansão das exportações gera o crescimento industrial observado por Simonsen e não a retração nas importações provocada pela guerra, como este último julgava, então, o enfraquecimento do setor exportador corresponderia negativamente na indústria, levando-nos novamente ao dualismo das teses acima expostas. Desta forma, o autor conclui que:

*(...) as relações entre o comércio exterior e a economia cafeeira, de um lado, e a indústria nascente, de outro, implicam, ao mesmo tempo, a unidade e a contradição. A unidade está no fato de o desenvolvimento capitalista baseado na expansão cafeeira provoca o nascimento e um certo desenvolvimento da indústria; a contradição, nos limites impostos ao desenvolvimento da indústria pela própria posição dominante da economia cafeeira na acumulação de capital. (SILVA, 1986 [1973], p. 97, grifos todos do autor)*

A explicação de Silva para este caráter contraditório recorre, tal qual Martins (1973), ao desequilíbrio externo gerado pela progressiva depreciação da moeda nacional frente à estrangeira, os constantes déficits comerciais e os crescentes índices de importações frente às exportações. Sua análise assemelha-se muito a do sociólogo paulista e, portanto, não cabe reiterarmos os argumentos. As poucas diferenças residem nas relações que Silva estabelece entre a lógica de acumulação do capital, determinada pela posição hegemônica do capital cafeeiro na economia brasileira, e as saídas encontradas pelo governo central para dar manutenção às finanças do Estado e assegurar o equilíbrio financeiro necessário à reprodução do capital cafeeiro, comercial e estrangeiro. Como sabemos, o governo foi obrigado a aumentar as taxas sobre as importações e instituir o imposto sobre o consumo.

O curioso é que a decisão foi tomada sob a pressão de grupos financeiros ingleses. O leitor desatento poderia supor que os ingleses estariam agindo de maneira contraditória, dado que taxas e impostos sobre as importações incidiriam negativamente sobre suas próprias exportações. Todavia, estavam mais preocupados em “assegurar as condições para o pagamento das dívidas e remessas de juros, dividendos e lucros” (SILVA, 1986, p. 100).

Embora tenham beneficiado a indústria nacional, forçando o mercado interno a gerar procura por bens produzidos no país, a política fiscal do governo não constitui protecionismo. Tratava-se, no entanto, de dar manutenção à posição subordinada da economia brasileira mediante a economia mundial e garantir a reprodução do capital cafeeiro. Contudo, assim que a situação fiscal se normalizasse e reequilibradas as finanças,



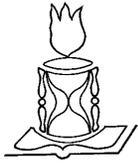
o governo, pressionado pelo grosseiro liberalismo dos fazendeiros, reduzia as tarifas alfandegárias e expunha os produtos nacionais à competitividade das mercadorias estrangeiras. Não por acaso os industriais reunidos em suas associações protestavam contra os onerosos encargos sobre os quais estavam submetidos os artigos nacionais, exigindo constantemente políticas que protegessem seus produtos contra os estrangeiros. Além do mais, durante o período de vigor das políticas de austeridade do sistema financeiro, fortes taxas alfandegárias recaíam sobre as importações. Isso encarecia os preços de máquinas e equipamentos necessários às fábricas paulistas, desestimulando, deste modo, as importações de bens de capital por parte dos fabricantes que, igualmente, punham-se a protestar. Deste modo, podemos compreender melhor por que as relações entre a economia cafeeira e a indústria eram tão contraditórias.

Diferentemente, J. M. Cardoso de Mello, ao adotar a expressão *capitalismo tardio*, sugere dinâmica diversa para o movimento da economia brasileira, ainda que, tal como S. Silva, parta da posição periférica da economia brasileira. Ele admite que a expansão industrial depende da capacidade de importação da economia cafeeira tanto quanto dos mercados que esta gerava através do gasto público ou da urbanização. Em seu entendimento:

A posição subordinada da economia brasileira na economia mundial capitalista está duplamente determinada: pelo lado da realização do capital cafeeiro e pelo lado da acumulação do capital industrial. Esta dependência resulta, na verdade, da não constituição de forças produtivas capitalistas, isto é, do bloqueio da industrialização (que se expressa internamente na hegemonia do capital cafeeiro, que é predominantemente mercantil, sobre o capital industrial). Por outro lado, a fragilidade do capitalismo brasileiro transformou-nos em campo de exportação de capitais dos países capitalistas maduros, ao criar, não obstante, oportunidades de inversão ao capital estrangeiro: quer ao capital de empréstimo, de forma predominante, quer ao capital de risco, que se dirige basicamente aos setores de infraestrutura, comercial e financeiro, mas também ao setor industrial (MELLO, 1986 [1975], p. 108-109).

O capital cafeeiro foi responsável por constituir um setor agrícola mercantil produtor de víveres e uma indústria de pequeno porte, especializada na produção de bens de consumo assalariado. Juntos, os dois ramos promoviam a reprodução da força de trabalho nos mercados rural e urbano, aumentando, assim, suas dimensões. Igualmente, nasce do capital cafeeiro uma pequena indústria de bens de produção, como era o caso das fabriquetas de cimento, aço e fundição, além de um setor agrícola mercantil especializado em matérias-primas (MELLO, 1986, p. 109).

Não se pode admitir, contudo, que o crescimento industrial verificado entre 1890 e



1920 compare-se àquele iniciado em 1933. No primeiro caso temos surtos de atividade industrial condicionados, principalmente, pela lógica de reprodução do capital cafeeiro. Não se gesta, entretanto, um *ciclo de acumulação endógeno*, uma vez que grande parte do excedente é remetida ao exterior sob a forma de juros pagos ao capital estrangeiro. No segundo período, que excede nossas preocupações, ainda que apresente fases de grandes variações na oferta do emprego, tem início o que Mello denomina industrialização restringida:

*Há industrialização, porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas a industrialização encontra-se restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial (MELLO, 1986, p. 110, grifos do autor).*

Decorre daí que na República Oligárquica, o capital variável da nascente indústria paulista, encontrava fortes dificuldades de reprodução. Basta termos em conta que a população economicamente ativa era majoritariamente rural e, em determinados contextos, sua fixação no meio urbano não dependia apenas das melhores oportunidades de ganho como trabalhadores fabris. Muitas vezes as relações patriarcais do meio rural, que ligavam patrões e empregados, condicionavam as decisões dos trabalhadores em abandonar o trabalho nas cidades e retornar à lavoura de café. Desta forma, o trabalhador rural europeu foi erroneamente concebido como agente econômico, cujas decisões pautavam-se no cálculo racional entre ganhos e perdas, vantagens e desvantagens. Contudo, se tivermos em mente que a grande maioria fora recrutada nas pobres regiões rurais do sul da Itália, onde o poder social também se assentava na fruição patrimonial da propriedade agrícola, compreendemos porque muitos trabalhadores estrangeiros preferiam permanecer nos cafezais ao invés de aventurar-se na insegurança das cidades. Outrossim, já observamos que os produtores permitiam aos trabalhadores imigrantes cultivarem um roçado aos pés das plantações de café sem que fosse obrigados a entregar parte da produção aos seus patrões. Este sistema de produção informal de subsistência, em grande medida, fixava a força de trabalho no campo.

De outro lado, devido principalmente às dificuldades de importar máquinas e fabricar produtos capazes de sobreviver à concorrência desproporcional dos produtos estrangeiros, criavam-se restrições à expansão maciça do capital industrial. Sem acesso aos mecanismos



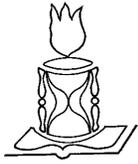
de ampliação dos lucros, que eram controlados pelos grandes comércios, a nascente indústria brasileira debatia-se entre altos custos de produtividade e tributos que comprimiam a margem de lucro. Logo, para permitir a lucratividade do capital industrial e permitir a reprodução ampliada deste mesmo capital, a única saída encontrada pelos empresários da indústria foi aumentar a taxa de exploração sobre a força de trabalho, por meio da expansão da jornada e pela baixa remuneração.

### **Considerações finais: o mercado capitalista moderno**

Sem desmerecer os esforços e a veracidade das contribuições discutidas, provavelmente Florestan Fernandes compreendeu de maneira mais completa os problemas aqui suscitados, uma vez que se inserem dentro da problemática maior por ele investigada: qual seja, qual seria a natureza do capitalismo brasileiro? Ao redor de sua figura e da cadeira de Sociologia I, da qual era regente, formou-se a já referida *Escola de sociologia da USP*, de modo que Florestan foi professor e orientou pesquisas de Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e José de Souza Martins, dentre outros. Sua obra *A Revolução Burguesa no Brasil*, publicada em 1975, busca uma interpretação sociológica para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e para o lugar que a burguesia assumiu neste processo.

Florestan elabora uma periodização para as etapas de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, baseando-se nas transformações sofridas pela economia interna. A saber: “a) a fase de eclosão do mercado capitalista especificamente moderno; b) fase de formação e expansão do capitalismo competitivo; c) fase de irrupção do capitalismo monopolista” (FERNANDES, 2006 [1975], p. 263).

Grosso modo, a primeira fase teve início com a abertura dos portos às nações aliadas (Inglaterra) em 1808 e estende-se até 1860, quando o tráfico negreiro foi definitivamente sufocado. O segundo período inicia-se na sexta década do século XIX e estende-se até 1950, caracterizando-se “pela consolidação e disseminação desse mercado e por seu funcionamento como fator de diferenciação do sistema econômico” (FERNANDES, 2006, p. 264). Nessa fase, consolida-se a economia urbano-comercial e têm início os primeiros surtos industriais – razão pela qual interessa-nos mais detidamente. Finalmente, entre 1950 e 1964 irrompe o capitalismo monopolista, baseado na reorganização do mercado, na grande corporação e nas vultuosas operações financeiras, industriais e comerciais.



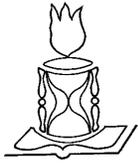
Restringindo-nos a fase de formação e expansão do capitalismo competitivo, apenas gostaríamos de salientar a importância que Florestan Fernandes agrega às condições para a formação, desenvolvimento e expansão de um mercado capitalista interno. Dentre as principais, o sociólogo destaca a consolidação dos centros urbano-comerciais enquanto polos de expansão mercantil. Deslocado o eixo do campo para as cidades, lançava-se o peso do desenvolvimento sobre o trabalho escravo e estabeleciam-se conexões com o mercado mundial a partir de dentro.

Não sendo mais possível controlar diretamente as relações comerciais das nações periféricas, os países industrializados, cuja hegemonia sobre os mercados neocoloniais encontrava-se sob ameaça, foram obrigados a estabelecer “elos dinâmicos entre estas economias e os mercados centrais [destinados a] constituir condições de controle externo que pudessem submeter o comércio 'internacional' dessas economias a um condicionamento indireto, regulado pelos interesses econômicos e políticos da nação capitalista hegemônica” (FERNANDES, 2006, p. 273-274). Entretanto, indiretamente, as economias periféricas sofriam transformações estruturais de fora para dentro e assimilavam tais mudanças em proveito próprio.

Tais condicionamentos diferenciaram e expandiram o comércio, a agricultura e a produção manufatureira, agora integrados às cidades-polos comerciais (Rio de Janeiro, São Paulo, Santos), mas não restrito a elas. O mercado agora compreende o circuito: zonas produtoras-cidades de abastecimento-zonas de conexão com o mercado mundial (portos), de modo que:

[...] entre o último quartel do século XIX e a Primeira Guerra Mundial [] esse mercado se transfigura por completo. Ele passa a centralizar, gradualmente, operações comerciais e financeiras que antes eram inimagináveis, concentrando o capital resultante de tais operações; doutro lado ele também passa a ligar e a integrar, gradualmente, localidades e regiões descontínuas e muito distantes entre si, imprimindo à relação capitalista uma função unificadora nacional de que ela fora, anteriormente, destituída (FERNANDES, 2006, p. 279).

É, portanto, a metamorfose do mercado que gera a nova sociedade, baseada no trabalho livre e em relações sociais competitivas, isto é, o mercado capitalista moderno põe homens e mulheres uns diante dos outros em função dos bens e serviços que dispõe para oferecer e valorizar no mesmo mercado, suplantando a hierarquia social do regime escravista antecedente e assentando o novo sistema de estratificação social igualmente, sobre a situação mercado. Um diagnóstico como este, claramente inspirado em Max Weber,



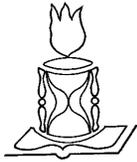
é complementado pela tese seguinte que evoca abertamente os nomes de Vladimir Lenin e Rosa Luxemburg.

Ora, mesmo que as mudanças sociais, econômicas e políticas fossem tão vigorosas e avassaladoras quanto as que se abateram sobre a Europa no período da Revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX, a especificidade da relação entre a economia periférica subdesenvolvida, em vias de modernização, e a economia central hegemônica jamais permitiria um processo de industrialização autônomo e autossustentado no Brasil. O referido controle externo estabelecido pelos elos dinâmicos entre os mercados centrais e periféricos tornava-o impossível, enquanto fosse mantida a dominação imperialista. “Por isso, enquanto se constitui, se consolida e se expande, tal economia competitiva tende a redefinir e fortalecer os liames de dependência [...]” (FERNANDES, 2006, p. 281). Talvez possamos compreender nesta chave porque o Brasil nunca deixou de ser o país do futuro.

À guisa de conclusão, o caminho aqui percorrido mostrou-se cheio de controvérsias e propostas de superação. Isso é extremamente rico para o debate intelectual, mais ainda quando tais debates pautam políticas oficiais de planejamento econômico. Se para Cardoso e Ianni esse raciocínio equivalia à palavra de ordem, deixara de sê-lo para José de Souza Martins, Sérgio Silva e João Manuel Cardoso de Mello, quando o golpe de 1964 interrompeu o já problemático projeto de participação democrática nas decisões políticas de desenvolvimento econômico. A partir deste ponto, a “questão nacional” exclui a nação e nomeia em seu lugar burocratas ministeriais, ao mesmo tempo em que, no nível estrutural, deflagra um regime “autocrático burguês de transformação capitalista”. Mas esse não é o nosso interesse neste trabalho. Apenas gostaríamos de frisar que preocupações do presente impulsionam e determinam o interesse por questões do passado: efetivamente a comunidade intelectual brasileira voltou sua atenção para as dificuldades do desenvolvimento econômico. Ainda que suas aspirações fossem abortadas, a força do seu compromisso os ligava organicamente à sua causa.

## Referências

- CARDOSO, Fernando Henrique (1960a). Condições Sociais da Industrialização de São Paulo. In: *Revista Brasiliense*, São Paulo, nº 28, p. 31-46.
- \_\_\_\_\_. (1960b). O café e a industrialização da cidade de São Paulo. In: *Revista de História*, São Paulo, nº 42, p. 461-475.



- \_\_\_\_\_. Condições e fatores sociais da industrialização de São Paulo, In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, nº 11, 1961, pp. 148-163.
- DEAN, Warren. (1971). *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro/Editora da Universidade de São Paulo.
- FERNANDES, Florestan. (2006). *A Revolução Burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo.
- FURTADO, Celso. (2006). *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo: Cia. das Letras.
- IANNI, Octavio. (1960). Fatores Humanos da Industrialização no Brasil. In: *Revista Brasiliense*, São Paulo, nº 30, p. 50-66.
- MARTINS, José de Souza. (1973). *Conde Matarazzo - O empresário e a empresa*. São Paulo: Hucitec.
- MARX, Karl. (2011). *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- MELLO, João Manuel Cardoso. (1986). *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense.
- PRADO JÚNIOR, Caio. (2011). *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- SILVA, Sérgio. (1986). *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega.
- SIMONSEN, Roberto. (1973). *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Nacional.
- WERNECK VIANNA, Luiz. (1999). *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG.